

**CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR  
- CODEFAT -**

**8º REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE APOIO AO CODEFAT**

**Brasília, 26 de maio de 1993**

Aos 26 dias do mês de maio de 1993, às 10h, na Sala de Reuniões do 7º andar do bloco C, realizou-se a Oitava Reunião Ordinária do Grupo de Apoio ao CODEFAT, sob a coordenação do Secretário-Executivo do CODEFAT, Ricardo Roberto de Araújo Lima. Estiveram presentes os seguintes membros: Jorge Higashino/CNF; Rui Modenesi/BNDES; Ivan Guimarães/CUT; Willy Fischer/Força Sindical; Rodolfo Torelly/MTb; Rui César Leitão/CGT; Sebastião Cabral/CNC; Carlos Manoel/CNI. Compareceram também, como convidados, Joaquim Lima/CEF; Maurílio Alves Barcelos/BB e o Secretário-Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento e Formação Profissional. Iniciando os trabalhos o coordenador anunciou a presença do Secretário de Políticas de Emprego e Salário, Dr. Alexandre Jorge Loloian colocando em discussão o item 1 da pauta – aprovação da ata anterior, que foi aprovada com alterações nas fls. 01/08/09. Item 2 – apreciação da pauta do CODEFAT para a reunião de 09/06/93. O membro Willy Fischer, propôs inversão da pauta, o que foi acatado pelos demais. O coordenador, indagou se alguma membro teria outro assunto para incluir na pauta daquela reunião, tendo o membro do MTb, Rodolfo Torelly, solicitado a inclusão da discussão sobre o uso do “Telefone Azul”. O Secretário da SPES, Alexandre Loloian, informou aos membros que, está sendo elaborado um parecer sobre a concessão do Seguro-Desemprego aos safristas, solicitando às bancadas especial atenção à solicitação dos citricultores, cujo contrato é por tempo determinado e quando do término do contrato não têm direito ao Seguro-Desemprego, e que fosse tomado como parâmetro o pescador artesanal, ao que o representante da Força Sindical alegou ser impossível, pois, a pesca é proibida pelo Estado e que no caso dos citricultores existem outras culturas a serem exploradas. O membro da CUT, Ivan Gonçalves, solicitou 1 reunião do GAP, para tratar especificamente deste assunto e posteriormente uma reunião com as entidades envolvidas. ítem 3 – Informação prestada pela CEF sobre o montante de depósitos judiciais do PIS. O Sr. Joaquim Lima, esclareceu que não se sabe se tem especificamente a rubrica “depósitos judiciais” e que no DARF, consta apenas o código da receita sendo impossível detectar

especificamente os que são referentes ao PIS/PASEP. Informou aos membros que foi enviado ofício ao Corregedor da Justiça sugerindo que fosse adotada uma nova rotina prometendo retorno assim que obtiver resposta. Item 4 – Informação prestada pelo Banco do Brasil sobre o montante de depósitos judiciais do PASEP. O representante do banco do Brasil, Dr. Maurílio Barcelos, ratificou o que foi explanado pelo Dr. Joaquim Lima, esclarecendo não existir uma fórmula que possa identificar qual a espécie do depósito. Item 5 – Informações sobre ação contra a União relativa ao PIS. O Coordenador, informou aos membros ações que estão sendo executadas pelo MTb, junto à Procuradoria. Os membros se manifestaram contrários a uma ação conjunta envolvendo Ministro, Presidente FEBRABAM, representantes das bancadas, FONSET, por ser uma questão muito delicada e que qualquer ação mais incisiva poderá ser considerada uma interferência. A Bancada dos Trabalhadores se prontificou a elaborar um documento a ser dirigido ao Presidente do Supremo Tribunal Federal solicitando ao mesmo, informações quanto ao procedimento a ser adotado. O representante da CNF, Jorge Higashino, esclareceu que um pedido do Ministro do Trabalho e do Presidente da FEBRABAM poderia surtir efeito junto ao Supremo Tribunal Federal. O representante da Força Sindical sugeriu que fossem convocados os Governadores e os Secretários de Trabalho dos Estados para que os mesmos se manifestassem junto ao Supremo. O coordenador, propôs, então, que a Secretaria Executiva do CODEFAT, enviasse ao FONSET expediente no qual fosse solicitado ao mesmo ingerência junto aos Governadores e aos Secretários de Trabalho Estaduais para que estes se manifestassem junto ao Supremo. Foi formada uma comissão, sob a coordenação do BNDES, composta pela Sra. Elizabeth Contreiras/MTb; pelo representante da Bancada dos Trabalhadores, Willy Fischer; para manter os membros informados acerca do andamento do processo do Supremo Tribunal Federal. Item 6 – O coordenador informou aos membros que foi realizada reunião com os Secretários de Trabalho nos Estados, onde foram apresentados os critérios elaborados pelo GAP. O Secretário da SPES, Alexandre Loloian, esclareceu que os critérios foram apresentados de maneira cautelosa, para não gerar expectativa, e que a 1ª parcela será transferida a título de estímulos e que a 2ª parcela está vinculada ao desempenho nos meses 06/07 e 08/93. O mesmo representante em seguida propôs novamente os critérios já definidos na reunião anterior, havendo alteração somente quanto ao item Intermediação, em que foi definido um teto máximo de 14% para o número de habilitados ao Seguro-Desemprego no 2º sem/92, ficando definido seguinte critério  $\text{Cr}\$2.400.000,00 \times 4\%$  (número de habilitados Seguro-Desemprego/2º semestre/92) (até o limite de 14 %) para a 1ª parcela e a 2ª parcela ( $\text{Cr}\$ 2.400.000,00 \times \text{número de colocados Junho/Julho/Agosto/93} \times 2$ ). O critério para o Seguro-Desemprego, foi aprovado sem alteração: Tarifa CEF x (habilitados, via SINE, Seguro-Desemprego/2º sem/92, ou 30% dos Segurados nos Estados no 2º sem/92, o que for maior = 1ª parcela. A 2ª parcela será calculada tomando por base os habilitados nos meses

Junho/Julho/Agosto/93 x 2 x 1,3 x Tarifa da CEF. O critério a ser adotado para reciclagem, se manteve inalterado e tomará com base 3% dos habilitados ao Seguro-Desemprego (2º sem/92) – 15 = 40% nível 1 e 60% nível 2, que será transferido aos Estados em 1 única parcela, devendo constar no convênio, a interveniência da Secretaria de Desenvolvimento e Formação Profissional, e cláusula vinculando a participação da Sociedade Civil na elaboração dos cursos. O representante da CUT, Ivan Guimarães, frisou a necessidade de preservar o valor do recurso caso haja necessidade de ressarcimento, tendo o coordenador, proposto utilizar o mesmo índice adotado pelo BNDES. A Reciclagem dos servidores do SINE deverá ser dirigida mais para atendimento pessoal, relações humanas, com duração de 1 semana, equivalente a um curso de 100 horas. O representante da CUT, sugeriu realização de um Seminário Nacional do SINE, com os Coordenadores para definir as atividades do SINE. Geração de Informação – o crédito foi alterado quanto ao valor do questionário que passou a ser de Cr\$ 150.000,00 a preço de março, até o limite de 2.500 questionários/mês. Item 7 – Discussão sobre formas de fiscalização dos Convênios e/ou Contratos MTb/SPES/CODEFAT/Governos Estaduais para manutenção do Programa SINE. Após breve discussão, os membros optaram por se fazer uma auditoria financeira/contábil e de resultados externa, autorizada pelo CODEFAT, chegando ao consenso de que necessitavam de maiores informações e estudo sugerindo a inclusão deste item na próxima pauta. Item 8 – Tema para II Encontro de Políticas de Emprego do CODEFAT: “Sistema de Emprego e Políticas de Emprego e Renda.” O tema foi aprovado. O Encontro deve contar com a presença do FONSET/ASSINE. Foi sugerido a duração de 2 dias, e que seja discutido o novo SINE. Item 9 – Discussão sobre a organização de banco de dados do Seguro-Desemprego com vistas ao combate à fraude e à fiscalização dirigida. O representante do MTb, Rodolfo Torelly, ficou encarregado de fornecer até a próxima reunião maiores informações quanto à organização do banco de dados do Seguro-Desemprego, para fazer uma fiscalização dirigida. Item 10 – Discussão referente ao pagamento das despesas do Pro-Labor (telefones). A Bancada dos Trabalhadores se mostrou contrária ao pagamento de conta telefônica, tendo o representante da Força Sindical alegado não aprovar porque o projeto não foi gerado no CODEFAT, e que o CODEFAT em momento algum foi chamado a participar do processo. O representante da CNF, Jorge Higashino, argumentou que concorda em parte com a Bancada dos Trabalhadores, que o programa é bom e que se tiver aprovação da sociedade civil, o CODEFAT também o apoiará, o representante da CUT, Ivan Guimarães, requereu um prazo de 1 semana para estudar o assunto, o que foi concedido. O representante do MTb, solicitou ao coordenador que incluísse neste momento a discussão sobre o “Telefone Azul”, tendo o Sr. Joaquim Lima Explanado em que consistia este serviço, que virá beneficiar o trabalhador requerente ao Seguro-Desemprego, que obterá informações por telefone. O representante do MTb, solicitou que fosse aprovado o projeto piloto a ser implantado no Paraná, o que foi aprovado. ítem

11 – Análise da possibilidade de utilização de recursos do FAT para financiamento e pessoas físicas de veículos automotores de carga. O representante do BNDES, Rui Modenesi, mostrou a preocupação do Banco quanto aos riscos do empréstimo para pessoa física e que o BNDES a princípio pensou em micro-empresas e empresas individuais, tendo os conselheiros sugerido a criação de cooperativas, consórcios ou mesmo através do Sindicato. Após breve discussão, o representante do BNDES, se prontificou em levar estas idéias ao Banco e que na próxima quarta-feira (02/06/93) traria a posição do banco sobre o assunto. O representante da CUT, Ivan Guimarães, informou aos membros que no dia 3 de Junho haverá uma reunião de avaliação do setor automotivo, onde poderá ser lançada a discussão.

ítem 12 – Análise preliminar da proposta de utilização de recursos da contribuição sindical para melhorar o atendimento aos desempregados nas DRT. O representante da CUT, Ivan Guimarães, indagou se o imposto sindical se constitui em recurso do FAT. Solicitando parecer CJ/CISET/MTb sobre a matéria. Indagou ainda o mesmo conselheiro onde se encontram os depósitos anteriores a 07 de Agosto/92, e o que aconteceu com os recursos do FAD, desde o ano de 1988 até agora, tendo, ficado para a próxima reunião dado o adiantado da hora. Nada mais havendo, foi encerrada a reunião e, para constar eu, coordenador Ricardo Lima determinei que se lavrasse a presente ATA, que será assinada por mim e pelos membros do Grupo de Apoio ao CODEFAT.

RICARDO ROBERTO DE ARAÚJO LIMA  
Secretário-Executivo

---

ALEXANDRE JORGE LOLOIAN/SPES

---

WILLY FISCHER/Força Sindical

---

JORGE HIGASHINO/CNF

---

RODOLFO P. TORELLY/MTb

---

IVAN GONÇALVES R. GUIMARÃES/CUT

---

CARLOS MANUEL DE A. P. DA SILVA/CNI

---

SEBASTIÃO R. CABRAL/CNC

---

MAURÍLIO ALVES BARCELOS/BB

---

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA/CEF

---